



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA GESTÃO ESCOLAR E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DISLEXIA

Autor (Juliana Célia de Lima); Orientador (Wilma Pastor de Andrade Sousa)

Universidade Federal de Pernambuco, faleconosco@ufpe.br

RESUMO: Essa pesquisa analisou e discutiu os desafios e as possibilidades da Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica na inclusão da criança com dislexia, em um contexto social que exalta a educação em uma perspectiva inclusiva e de valorização das particularidades de cada estudante. Assim, esse estudo tem como objetivos, analisar as Possibilidades e os Desafios que os Gestores escolares e os Coordenadores pedagógicos enfrentam na inclusão da criança disléxica. Além de: descrever o papel da gestão escolar e coordenação pedagógica no sistema de ensino para educação inclusiva; discutir sobre a educação inclusiva frente às novas perspectivas e políticas educacionais; apontar o conceito de dislexia, sua historicidade e implicações no processo de aprendizagem. Neste sentido, utilizamos a metodologia qualitativa. Para isso, foram aplicados dois questionários investigativos com perguntas abertas, um para a Gestão Escolar e outro para a Coordenação Pedagógica de duas escolas da Região metropolitana do Recife. Realizamos a análise dos dados segundo a proposta de Bardin à luz da análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa nas duas escolas são bem semelhantes, nas formas de promover a inclusão de crianças com dislexia. Pois nos revelaram algumas dificuldades importantes sobre a inclusão para os indivíduos disléxicos no ambiente escolar e nas salas regulares de ensino. Como: dificuldades de identificação dos disléxicos, falta de estrutura física e pedagógica, implementar uma equipe interdisciplinar com todos os integrantes possíveis, bem como oferecer formação continuada para os docentes sobre a temática da dislexia, e discutir uma nova Política de Inclusão que integre os estudantes disléxico.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar, Coordenação pedagógica, Inclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais a escola é desafiada a confrontar os seus saberes e a refletir sobre como atender aqueles que antes não faziam parte de seu contexto, a exemplo das pessoas com dificuldade de aprendizagem. Nesse sentido, o presente trabalho refere-se aos desafios que os gestores e coordenadores pedagógicos enfrentam na inclusão da criança disléxica.

Nossa pretensão em estudar o tema “Desafios e Possibilidades da gestão escolar e coordenação pedagógica na inclusão da criança com dislexia”, foi investigar como eles percebem essa inclusão na prática do cotidiano escolar, buscando aplicar as políticas educacionais específicas para inserção de todos no sistema regular de ensino, uma vez que, são vários os problemas inerentes ao campo educacional, e que os gestores e coordenadores, em alguns momentos, deixam de olhar para as dificuldades de seus estudantes.

Sabemos que, o princípio da educação inclusiva proclama uma educação de qualidade para todos; nesse sentido, faz parte de sua discussão busca de alternativas para o atendimento a todos os estudantes, independentemente de suas especificidades. Assim, ao provocarmos uma reflexão sobre a gestão escolar e a coordenação pedagógica na inclusão da criança com dislexia, estaremos ocasionando um olhar sobre muitas crianças, pois apesar de a dislexia não ser um transtorno funcional novo, para muitos profissionais da educação ainda configura-se um desafio o trabalho com esses estudantes, dificultando o cumprimento dos princípios inclusivistas enunciados em nossa Constituição Federal (1988), as Leis de Diretrizes e Bases da Educação, 9.394/06 e Decretos norteadores da educação em nosso país.

Assim, esse estudo teve como objetivo geral, analisar as Possibilidades e os Desafios que os Gestores escolares e os Coordenadores pedagógicos enfrentam na inclusão da criança disléxica. Além de: 1) descrever o papel da gestão escolar e coordenação pedagógica no sistema de ensino para educação inclusiva; 2) discutir sobre a educação inclusiva frente às novas perspectivas e políticas educacionais; 3) apontar o conceito de dislexia, sua historicidade e implicações no processo de aprendizagem.

METODOLOGIA

Considerando que, a pesquisa promoveu uma análise sobre os desafios e possibilidades da gestão escolar e a coordenação pedagógica na inclusão da criança com dislexia, procuramos investigar algumas implicações nesse processo. A pesquisa foi norteada

pela abordagem qualitativa, na qual compreendemos que é aquela pesquisa que considera a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e sujeito (LAKATOS, 2010).

Trata-se de um estudo que tivemos como campo de pesquisa duas escolas, uma da rede estadual de ensino e outra da rede municipal, ambas da região Metropolitana do Recife. Participaram deste estudo dois gestores e dois coordenadores pedagógicos, os quais chamaremos de: GI, CPI, G2 e CP2, a partir da aplicação de dois questionários investigativos com perguntas abertas, deixando os participantes a vontade para responderem as perguntas. Para a análise de dados nos apoiaremos em elementos da análise do conteúdo, que segundo Bardin (2011), “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.”

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, apresentaremos os resultados e discussões da coleta acerca dos questionários investigativos aplicados aos participantes deste estudo. Para isso, realizamos a categorização das respostas e a análise dos resultados, considerando os seguintes aspectos: a) os trabalhos realizados pela Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica para proporcionar a inclusão do estudante disléxico; b) dificuldades na identificação da criança com dislexia na escola; c) Estratégias didáticas desenvolvidas na escola para proporcionar a inclusão do estudante com dislexia no ensino regular; d) desafios dos gestores e coordenadores pedagógicos para possibilitar a inclusão do estudante disléxico no ambiente escolar.

O quadro a seguir aponta as estratégias de trabalho que os gestores e coordenadores desenvolvem para proporcionar a inclusão de criança com dislexia no ambiente regular de ensino.

Quadro 1 - Os trabalhos realizados pela Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica para proporcionar a inclusão do estudante disléxico.

<i>Categorias</i>	<i>Entrevistadas</i>
Disponibilização de matrículas	G1, CP1, G2, CP2
Estrutura da escola para a inclusão	G1, CP1, G2, CP2
Acompanhamento pedagógico através de uma equipe multidisciplinar	G1, CP1, G2, CP2



Orientações metodológicas no processo de ensino aprendizagem para os professores	G1, CP1, G2, CP2
--	------------------

O Quadro 1 mostra o trabalho que G1, G2, CP1 e CP2 desenvolvem para atender todas as crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, proporcionando a inclusão. No primeiro momento de análise percebemos que as duas escolas disponibilizam matrículas sem restringir e excluir aqueles que possuem necessidades especiais. No entanto, apresentaram dificuldades na infraestrutura da escola para realizar um trabalho com qualidade para esses estudantes. G1 e G2 informaram que ambas possuem sala de recursos, mas com déficit na equipe multidisciplinar e nos recursos didáticos. Como aborda a G1, na resposta à pergunta: **Quais os meios pelos quais a escola proporciona a inclusão da criança com dislexia? [...].** *Primeiramente no processo de matrícula, segundo pela sala de recurso que temos em nossa escola mais que não possui uma estrutura adequada, tanto no espaço físico quanto nos recursos didáticos, também contamos com ajuda de uma pequena equipe multidisciplinar, que lutamos para conseguir que de fato seja uma equipe com todos os profissionais possíveis para ajudar no atendimento a essas crianças que possui dificuldades de aprendizagem[...]*

Esse caminho se dá na escola de G2 que tem buscado ajuda na Secretaria Municipal de Educação, e a outros órgãos que possam ajudar a escola com esse trabalho, para que de fato a inclusão seja garantida.

No que se refere ao apoio e acompanhamento pedagógico as G1 e G2 apresentaram sua participação. Ambas informaram que têm o apoio das Coordenadoras pedagógicas, para auxiliarem no trabalho a inclusão na escola. Ao analisar a fala de uma das coordenadoras percebemos uma distorção referente a este ponto; [...] *Bom, encontramos pouquíssimo apoio por parte da Gestão Escolar, para realização de um bom trabalho de nossos professores e principalmente na abertura de discutir novos projetos didáticos que venha ajudar na aprendizagem de estudantes com dislexia e qualquer outro com necessidades especiais. Não temos uma abertura para repensar no Projeto Político Pedagógico, nas reuniões com os professores procuro sempre orientá-los da melhor forma possível, bem como os pais também [...]*

Nesse aspecto, observamos que o trabalho realizado no coletivo há grande probabilidade de êxito. Em função dessa afirmação da Coordenadora pedagógica fazemos uma reflexão como de fato percebemos e encaramos o movimento da inclusão no ambiente escolar, pois a inclusão vai muito mais, além de que uma estrutura física da escola para

receber e atender todos com necessidades especiais específicas e enfatizamos que a organização da escola para a realização de um bom trabalho deverá iniciar na construção de seu Projeto Político Pedagógico (PPP) como afirma Mantoan (2015, p.68).

A seguir apresentaremos as dificuldades que os gestores e coordenadores enfrentam para identificar o estudante com dislexia.

Quadro 2 - Dificuldades na identificação da criança com dislexia na escola.

<i>Categorias</i>	<i>Entrevistadas</i>
Diagnóstico de estudantes com dislexia,	G1, G2, CP1 e CP2
Trabalho Interdisciplinar.	CP1 e CP2

Outro dado importante analisado e encontrado foi à dificuldade de identificação dos estudantes com dislexia na escola. Como apresenta a G2, ao apresentar as dificuldades vivenciadas na identificação desses estudantes.

[...]. Existem várias dificuldades para perceber se a criança é disléxica, primeiramente temos uma equipe interdisciplinar que não tem uma estrutura adequada, para desempenhar seus trabalhos de acompanhamento pedagógico e avaliação didática, segundo temos pouco apoio da Secretaria da Educação para nos ajudar. E falta de diagnóstico apresentado pelos pais, pois normalmente os estudantes que chegam em nossa escola com alguma Necessidade Especial, os pais não apresentam um diagnóstico, e em nossa escola contamos com o apoio da Equipe interdisciplinar. [...]

Isto mostra uma realidade clara, de que a escola configura apenas a estrutura da equipe interdisciplinar para identificação das crianças com dislexia. Compreendemos que é dever da escola formar cidadãos, dar aos estudantes os ensinamentos de que eles necessitam para viver e trabalhar neste mundo de evolução, bem como orientá-los para a vida. Isso só acontece, se a escola definir como meta, o trabalho crítico com os conteúdos a serem estudados pelos educandos, mesmos se não obtiverem um diagnóstico de seus estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Contudo compreendemos que o diagnóstico é importante, para que os pais, professores e unidade educacional, tomem conhecimento do problema a ser enfrentado, e que o próprio disléxico fique ciente das suas dificuldades e limitações, no que se refere as áreas da linguagem oral e escrita, a qual é a mais afetada.



A busca por um diagnóstico compreende-se que não é fácil, precisa-se que a escola esteja atenta ao seu corpo discente, e verifique de como está ocorrendo à aprendizagem desses estudantes, junto com a família, que também deverá ter uma participação efetiva. Pois atualmente, muitas escolas não dispõem de uma equipe multidisciplinar, que é composta por profissionais capacitadas para diagnosticar, estudantes como problemas de aprendizagem, por diversos motivos, nos quais podemos citar que não há um cumprimento das Leis para com educação. Faz-se necessário, inicialmente, uma investigação profunda dos estudantes com dificuldade aprendizagem, pois este levantamento possibilita que a escola tome conhecimento do problema, e tente promover formações para os professores da rede, para que os mesmos ponham em práticas suas competências, de modo que o estudante seja beneficiado.

Quadro 3 - Estratégias didáticas desenvolvidas na escola para proporcionar a inclusão do estudante com dislexia no ensino regular.

<i>Categorias</i>	<i>Entrevistadas</i>
Estudantes com dislexia na sala regular de ensino,	G1, G2, CP1 e CP2
Estratégias didáticas desenvolvidas pelos docentes,	CP1 e CP2
Orientação didática nas reuniões pedagógicas.	CP1 e CP2

É na escola que a dislexia de fato aparece. Há disléxicos que revelam suas dificuldades em outros ambientes e situações, mas nenhum deles se compara à escola, local onde a leitura e a escrita são permanentemente utilizadas e, sobretudo, valorizadas.

Na sala de aula, é preciso estabelecer um projeto colaborativo que dê conta de um grupo heterogêneo, que todas as crianças são diferentes entre si, e é preciso romper com o modelo homogêneo e a lógica de competição, reorganizando o tempo escolar em atividades diversificadas. Hoje se trabalha principalmente na adaptação tanto no espaço físico quanto no currículo escolar, mas o caminho é pensar em tarefas complementares com desenho universal.

Na classe regular também não há regras rígidas sobre tamanho das turmas ou proporção de crianças com deficiência por sala. A ideia é estar o mais próximo possível da representação da comunidade, sem segregação ou favoritismo. Ao analisar as respostas dos



participantes da pesquisa, encontramos um ponto bastante pertinente sobre este aspecto na fala da CP2 sobre a inserção da criança com dislexia na sala regular. O desempenho dos estudantes com dificuldades de aprendizagem pode melhorar se eles forem colocados em salas regulares? Justifique sua resposta.

[...]. Não. Porque normalmente as crianças com dislexia são muito agitadas, e tem dificuldades de concentração, apresentam lentidão para aprender. Se deixarmos nas salas regulares isso comprometeria a aprendizagem de estudantes sem dificuldades de aprendizagem. Mais mesmo discordando, na escola a qual trabalho, recebemos estudantes com dislexia e outras patologias que estão inseridos na sala regular[...].

Inserir crianças com dislexia ou outras especificidades na sala regular de aprendizagem, ajuda os estudantes na busca de construção do conhecimento. A Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001, conforme preconiza o Plano Nacional de Educação - Capítulo 8 - Da Educação Especial 8.

Destacamos um apoio a esse trabalho a figura do Coordenador Pedagógico, diante de tantas atribuições, queremos destacar que ele também precisa dialogar e refletir com o professor acerca da inclusão, conforme Aguiar (2010).

Na realização do trabalho pedagógico com estudantes disléxicos são necessárias intervenções didáticas que possibilitem ao discente uma aprendizagem significativa. Ainda na análise sobre alguns pontos importantes que nos ajudaram na resposta a nossa problemática, encontramos na fala da CP2 alguns entraves nas estratégias didáticas apresentadas por ela na resposta à pergunta do questionário: ***Quais são as estratégias que poderão e deverão ser utilizadas nos trabalhos pedagógicos para a inclusão da criança Disléxica?***

[...] Primeiro, além da matrícula efetiva durante o início do ano, procuramos desenvolver um trabalho integrado com os professores, buscando a utilização de recursos didáticos adequado, como quadro, imagens para fazer a comparação com o que está sendo trabalhado em sala de aula e nas atividades que os professores aplicam nas suas aulas [...]

Ao analisar essa fala, refletimos sobre como a escola está trabalhando com estudantes com dificuldades de aprendizagem. Percebemos que se faz necessário uma formação adequada para os profissionais que atuam nesse espaço. Pois as estratégias apresentadas abordadas nessa fala, nos mostra o quanto existem profissionais da educação precisando de formação continuada para buscar conhecimento teórico e metodológico para aprendizagem de todos aqueles que possuem necessidades educacionais específicas.



Compete aos educadores, em conjunto com a comunidade e profissionais de equipe multidisciplinar, demonstrar que a escola tem competência para atender às necessidades de todos os estudantes. Para persuadi-los, retórica não basta, há necessidade de serem apresentados propostas e resultados concretos, que garantam o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes. O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

A seguir apresentaremos os desafios vivenciados pelos gestores e coordenadores pedagógicos, nas possibilidades de garantir a educação inclusiva dos estudantes disléxicos no ambiente escolar.

Quadro 4 - Desafios dos gestores e coordenadores pedagógicos para possibilitar a inclusão do estudante disléxico no ambiente escolar.

<i>Categorias</i>	<i>Entrevistadas</i>
Efetivação precisa da inclusão escolar,	G1, G2, CP1 e CP2
Aplicabilidade das Políticas Públicas para educação inclusiva,	G1, G2, CP1 e CP2

O papel da escola e de seus agentes que buscam garantir uma educação de qualidade, passa a ser mais significativo ainda uma vez que lida com um saber que muitas vezes precisa ser repensado, reavaliado e reestruturado. Infelizmente, nem sempre ou quase sempre a escola não faz isso, como alerta Rios (1995).

Encontramos na fala de CP1 e CP2, pontos extremamente importante para a discussão, ao responderem a pergunta: ***O que você compreende por inclusão? Considera sua prática inclusiva? Por quê?***

CP1- [...] Inclusão é quando atendemos a criança com necessidades especiais no ambiente escolar e desenvolvendo métodos nos quais todos aprendem em seu tempo. Procuo sempre ajudar nesse atendimento, orientando os professores e os pais sobre o ensino e aprendizagem, mais encontro dificuldades [...]

CP2- [...] Inclusão é um movimento educacional, que busca acolher todas as pessoas no sistema de ensino. Considero sim, pois procuro sempre trabalhar em coletivo com os professores e a gestão da escola para quebrar barreira de exclusão que perpassa os muros da escola. Tenho em mim



um sentimento que todas pessoas são diferentes e especiais, e que as mesmas precisam ser respeitadas em todos os segmentos seja na, cor, dificuldades de aprendizagem, econômicos, sociais, gênero entre outros [...]

A fala de CP1 e CP2, levou-nos a repensar nos meus Legais que a escola deverá adotar para a efetivação da Educação Inclusiva. Percebemos certa diferença entre uma fala e outra, pois a CP2 ao responder a pergunta, nos mostra uma clareza do que venha ser a inclusão escolar para ela, e que a mesma tem uma visão contundente da importância do trabalho para atender e incluir todos no ambiente escolar garantindo uma educação de qualidade.

A Constituição Federal de 1988 visa uma educação de qualidade para todos, mas para que ocorra esta qualidade, se faz jus que os educadores estejam preparados para formar cidadãos críticos e reflexivos. Embora a escola se apresente despreparada para atender as reais necessidades de seus estudantes, tendo em vista o que já foi apresentado, enfatiza-se que a preparação pedagógica é base importante para a transformação da educação, como nos afirmam Batista & Mantoan (2005).

Mesmo sob a garantia da lei, podemos encaminhar o conceito de diferença para aos diversos tipos de preconceitos, discriminação e exclusão, como tem acontecido com a maioria de nossas políticas educacionais.

Cabe a escola providenciar as adaptações que busquem melhorias nas dificuldades de aprendizagem do estudante com dislexia, fazendo com que haja uma inclusão escolar, pautada na qualidade de ensino desse indivíduo, e não porque é obrigatório, salientamos que, a prioridade da escola deve ser a aprendizagem de seus estudantes e não um cumprimento exagerado de regras imposta por uma sociedade que se diz inclusiva, quando na verdade é “excludente”.

No entanto constatamos que, um outro ponto pertinente é o da categoria: Aplicabilidade das Políticas Públicas para educação inclusiva, o qual os sujeitos da pesquisa explicitaram apenas um cumprimento de regras, que no cotidiano escolar é bem diferente. Constatamos em uma das falas da GI e CP1, ao responderem à pergunta: ***Como você avalia as condições da escola para receber e desenvolver um trabalho que atenda às e necessidade do estudante disléxico?***

GI- [...] *A avaliação que faço é que, procuramos ao máximo atender todos os estudantes que tem dificuldades de aprendizagem para aprender. Sei que em nossa escola ainda não possuímos um*



espaço adequado para atender tantas especificidades. Mais procuro sempre ir à busca de apoio com órgãos da educação como a Secretaria de Educação e o Departamento de Educação Especial. [...]

CP1-[...]A escola tem procurado receber todos com dificuldades de aprendizagem, porém as condições não são as das mais adequada. Sempre nos é pedido para atender todos, e procurar oferecer um aprendizado em que todos possam ter respeitando seus limites. Isso nos deixa ainda mais preocupado, pois as Políticas Públicas sempre nos apontam meios pelos os quais precisamos nos adaptar para oferecer uma educação para todos, e que devemos respeitar seus limites de tempo para aprender, mais quando na verdade as “estâncias maiores” não dar subsídios as escolas. Querem que apenas o cumprimento do currículo escolar seja garantindo e que passamos de ano nossos estudantes.

A forma de conceber o ensino e a aprendizagem está atrelada às concepções de currículo, e a organização curricular que faz parte da grande maioria das escolas é aquela que estrutura o conhecimento escolar em disciplinas. Todo esse tipo de organização dificulta a consolidação da escola e não com o tempo dos estudantes.

A Política na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem por objetivo assegurar a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008). Ela orienta os sistemas de ensino para: o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; oferta do atendimento educacional especializado (AEE); formação de professores para o AEE e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; articulação inter-setorial na implementação das políticas públicas.

O resultado dessa política pública de inclusão escolar no país, sempre em diálogo e confronto com os movimentos sociais e outros movimentos de que almejam e defendem a educação inclusiva, tem procurado lutar pelo reconhecimento do direito à diversidade. Mesmo diante de diversos movimentos inclusivos, ainda existem escolas que possuem dificuldades de atender crianças com algumas especificidades.

Portanto, a escola inclusiva deve possibilitar uma formação do ser humano e o respeito aos seus direitos humanos, procurando promover nos espaços de aprendizagem atitudes de inclusão e diálogos, com todos os integrantes para juntos se conscientizarem e quebrar os paradigmas de exclusão que ainda perpassa na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou analisar os desafios e as possibilidades da gestão escolar e da coordenação pedagógica na inclusão da criança com dislexia, em duas escolas da região Metropolitana do Recife, uma da rede municipal e outra da estadual.

Identificamos que há realmente alguns desafios enfrentados pelos gestores e coordenadores pedagógicos, os quais constatamos com a apresentação dos resultados, mas é necessário que a escola se permita trabalhar com o novo. Não apenas para realizar um cumprimento de leis e políticas, mas que de fato olhe para essas crianças como pessoas que têm direito à educação e que a escola é o espaço com o qual elas almejam estar inseridas.

Contudo, a escola sendo o espaço primeiro e fundamental da manifestação da diversidade, decorre a necessidade de repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo, reconhecendo a possibilidade e o direito de todos que não são por ela alcançados. Desta forma, o movimento de inclusão traz como premissa básica, propiciar a educação para todos, uma vez que, o direito do estudante com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional.

Dentro desse contexto, não podemos deixar de registrar que, no ano de 2008, foi aprovada a Lei de nº 4.095 que garante o atendimento e acompanhamento dos educandos com dislexia, por parte de uma equipe de apoio psicopedagógico, na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Existe ainda outro plano legislativo voltado para essa temática, é o projeto de Lei de nº 7081/2010 que dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do TDAH na Educação Básica. O projeto tem como proposta oferecer um programa de acompanhamento para crianças e jovens com esse distúrbio para todo estudante da rede de ensino brasileira. O projeto de lei também se preocupa em oferecer formação para professores para que possam ajudar na Inclusão dos estudantes que forem diagnosticados pela equipe multidisciplinar.

Nós professores não devemos temer o novo, temos que buscar subsídios dentro do conhecimento científico para encontrar soluções cabíveis dentro das problemáticas educacionais, pois devemos levar em conta que o melhor beneficiado neste campo é o estudante, que apresentam vários fatores que os implicam na construção do conhecimento.

Portanto, sabemos que vivemos hoje no paradigma da inclusão, assim, trabalhar com o estudante disléxico significa aprender constantemente, é ver o mundo de forma diferente.

Toda e qualquer pessoa tem o direito de ter uma educação de qualidade. E para isto ocorrer, é preciso que haja compromisso e responsabilidade dos profissionais da educação, para possibilitar também a esses estudantes com dislexia a oportunidade de aprender, de conhecer o mundo, e assim se tornarem seres críticos e reflexivos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. G. **Desafios do coordenador pedagógico no processo de inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular.** In: o coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade. São Paulo: Editora Loyola. 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2011.

BATISTA, Cristina A.M.; MANTOAN, Maria Teresa E. **Educação Inclusiva: atendimento especial para deficiência mental.** Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BOTTURA, Wimer. **Direito dos portadores de TDAH e Dislexia.** Disponível em Acesso em: 27 de junho de 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial de 1988.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Secretaria de Educação Especial-MEC/SEESP, 2001.

_____. **Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: n° 9394/96.** Brasília: 1996.

_____. Planalto. Lei Brasileira de Inclusão: n° 13.146/15. Brasília: 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm acesso. 27.06.2015.

CURY, Carlos Roberto Jami. **Os Conselhos de educação e a gestão dos sistemas.** IN: *Gestão da educação: Impasses, Perspectivas e Compromissos.* Ferreira, Naura Syria, AGUIAR, Márcia Ângela (Orgs). São Paulo: Cortez, 2001.

DAVIS, Ronald D. **O dom da dislexia.** Rio de Janeiro: Rocco. 2004.

GLAT, R. (Org.) **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

FONSECA, Vitor da. **Introdução as dificuldades de aprendizagem.** 2ª Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola.** Goiânia: Alternativa, 2002.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

LUCK, Heloisa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar, o que é? Porque? Como fazer?** São Paulo, Vol. 3, Summuss Editorial, 2015.

NUNES, Terezinha e BUARQUE, L, BRYANT, P. **Dificuldades de Aprendizagem da leitura: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2000.

